



IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Importance of macroeconomic policies for the brazilian economy
Importancia de las políticas macroeconómicas para la economía brasileña

Flávio Franklin Ferreira de Almeida¹; Diogo Wallace Ferreira de Almeida²; Rhodolfo Allysson Felix de Alencar Lima³; João Batista Oliveira de Figueiredo⁴; Ana Clara Roberto Ramalho de Andrade⁵; Thyago Araújo Gurjão⁶; Geovergue Rodrigues de Medeiros⁷; Aline Carla de Medeiros⁸ e Patrício Borges Maracaja⁹

RESUMO: O referido artigo trata da discussão sobre importância das políticas macroeconômicas para a economia brasileira, cujo objetivo principal, é apresentar e refletir as políticas macroeconômicas no combate a algumas distorções econômicas. O procedimento metodológico deste artigo consistiu na análise de textos de autores como: Troster & Mochón. (2004), Vasconcellos (2009). O método utilizado nesta pesquisa, foi o método dedutivo, no qual partiu de estudos amplos para a análise mais restrita, buscando assim, assegurar um melhor entendimento a cerca do tema. Após uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto em questão, percebe-se a importância das políticas Fiscal, Monetária, Cambial, Comercial e de Rendas no controle da inflação, e na promoção da estabilidade do nível geral dos preços, e no equilíbrio externo. Esse fato revela a intervenção do Estado que está presente cada vez mais na economia.

Palavras – Chave: políticas. Macroeconomia. Estado.

ABSTRACT: The article deals with the discussion on the importance of macroeconomic policies for the Brazilian economy, whose main objective is to present and reflect macroeconomic policies in combating some economic distortions. The methodological approach of this paper was the analysis of texts by authors such as: Troster & Mochón. (2004), VASCONCELLOS (2009). The method used in this research was the deductive method, which sailed from large studies to analyze more restricted, thus seeking to ensure a better understanding about the subject. After further reflection on the subject matter, one realizes the importance of policies Fiscal, Monetary, Exchange, Commercial and Income in controlling inflation and promoting stability in the general price level, and the external balance. This fact reveals the State's intervention in this growing economy.

Keywords: politics. Macroeconomics. State.

RESUMEN: Este artículo trata de la discusión sobre la importancia de las políticas macroeconómicas para la economía brasileña, cuyo principal objetivo es presentar y reflexionar sobre las políticas macroeconómicas en la lucha contra algunas distorsiones económicas. El procedimiento metodológico de este artículo consistió en el análisis de textos de autores como: Troster & Mochón. (2004), Vasconcellos (2009). El método utilizado en esta investigación fue el método dedutivo, que partió de estudios amplos para un análisis más restringido, buscando así asegurar una mejor comprensión del tema. Luego de una reflexión más profunda sobre el tema en cuestión, la importancia de las políticas Fiscal, Monetaria, Cambiaria, Comercial y de Ingresos en el control de la inflación, y en promover la estabilidad en el nivel general de precios, y en el equilibrio externo. Este hecho revela la intervención del Estado cada vez más presente en la economía.

Palabras clave – Clave: políticas. Macroeconómica. Estado.

¹ Prof. M. Sc. do Centro Universitário de Patos – UNIFIP e Faculdade Católica da Paraíba. E-mail: flavioalmeida@fiponline.edu.br

² Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: diogoftp@gmail.com

³ Licenciado em Matemática- UEPB e Mestrado em Meteorologia- UFCG. E-mail: rhodolfo@yahoo.com.br

⁴ Licenciado em História pela UNIFIP. E-mail: joabatistasansao@gmail.com

⁵ M. Sc. Pesquisadora Bolsista do Instituto Nacional do Semiárido – INSA/MCTI, <https://orcid.org/0000-0003-2649-6836>, E-mail: anaclararoberto@outlook.com

⁶ Mestrando PPGSA – CCTA – UFCG – Pombal – PB. <https://orcid.org/0000-0002-2071-4321> E-mail: thyagogurjaovp@gmail.com;

⁷ D. Sc. Pesquisador do Instituto Nacional do Semi-Árido, Brasil <https://orcid.org/0000-0001-6544-1518> E-mail:

geovergue.medeiros@insa.gov.br

⁸ Prof. D. Sc. Colaborador na Pós-graduação do PPGSA – CCTA-UFCG – Pombal – PB e da Pós-Graduação do Centro Universitário de Patos – UNIFIP – Patos – PB - <https://orcid.org/0000-0002-0161-3541> E-mail: alinecarla.edu@gmail.com

⁹ D. Sc. Pesquisador Bolsista de Programa de Capacitação Institucional DC do CNPq/INSA – Instituto Nacional do Semiárido - Campina Grande – PB – Prof. Colaborador na Pós-graduação do PPGSA – CCTA-UFCG – Pombal – PB e da Pós-Graduação do Centro Universitário de Patos – UNIFIP – Patos – PB - <https://orcid.org/0000-0003-4812-0389> - E-mail: Patricio.maracaja@insa.gov.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a economia brasileira vem passando por um processo de transformação no que tange a adoção de várias moedas, planos econômicos, e políticas econômicas, sempre no intuito de promover o crescimento da capacidade produtiva da economia através do produto Interno Bruto (PIB), como também o aumento do nível de emprego e controle da inflação, sempre enfocando as metas para a lado do crescimento da economia (OLIVEIRA, 2022).

Em contra partida, o desenvolvimento da economia, que consiste na busca de melhorias nos índices sociais, pois tenta promover o bem estar da população, fica no plano secundário, visto que o crescimento, é prioridade no Governo Federal. Então, é importante destacar que o crescimento é diferente de desenvolvimento econômico. Sendo que, o primeiro é o aumento da renda nacional (que é a soma de todos os rendimentos recebidos, durante determinado período de tempo) (GARCIA, 2022). Já o desenvolvimento econômico, consiste na melhoria nos indicadores sociais como: redução do desemprego, diminuição da pobreza, ampliação de moradia, controle do meio ambiente, etc.

Então, o referido artigo objetiva apresentar as diversas políticas macroeconômicas, com seus respectivos instrumentos para a promoção do crescimento da economia.

POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

Segundo Troster (2004, p.178), a política macroeconômica é a integração do conjunto de medidas governamentais destinadas a influir sobre a marcha da economia no seu conjunto, cujo objetivo é o controle da inflação, redução do desemprego e promoção do crescimento econômico.

No entanto:

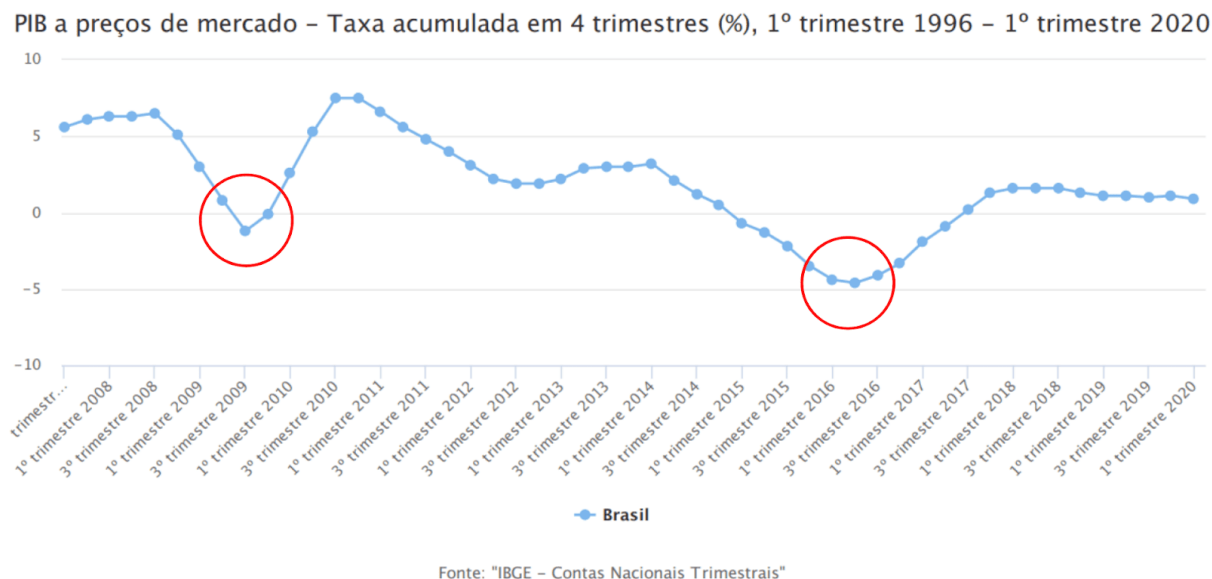
Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas consideramos que esse não é um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento de política econômica condicionado a alguma ou algumas das metas citadas acima (VASCONCELLOS,2009,p.188).

Essa interpretação de Vasconcelos se dá pela condição de que o equilíbrio no balanço de pagamentos, na verdade, é consequência da adoção de políticas macroeconômicas, pois tenta através dela, reduzir o desemprego, ampliar a produção nacional, e controlar a inflação, influenciando assim, positivamente no balanço de pagamentos, buscando então, o seu equilíbrio (VASCONCELOS, 2022).

Sendo assim, é válido frisar que o desenho de políticas de desenvolvimento produtivo e políticas macroeconômicas pressupõem a atualização do arcabouço teórico relacionado às estratégias de desenvolvimento. É interessante estimular o desenvolvimento do setor de serviços modernos e sua integração com o setor industrial, pois requer o entendimento de que a empregabilidade, a geração de conhecimento e o investimento em infraestrutura são importantes para a eficácia das políticas.

Considerando os objetivos da Política Econômica destacamos a busca do crescimento do PIB. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, em um determinado período (KELTON,2021).

Em outras palavras, podemos dizer que o PIB é a medida de riqueza de uma sociedade, pois quanto mais uma determinada nação consegue produzir, mais ela vai consumir e investir. O crescimento saudável do PIB é essencial para o desenvolvimento de uma nação, porque quando ele cresce nós podemos verificar: Aumento de empregos; Aumento de salários; Aumento do volume de investimentos; Entre outros. Quando uma nação passa por alguma crise econômica podemos verificar que um dos indicadores da economia que mais oscila é o PIB, conforme mostra o Gráfico 01.



Fonte: IBGE, 2021.

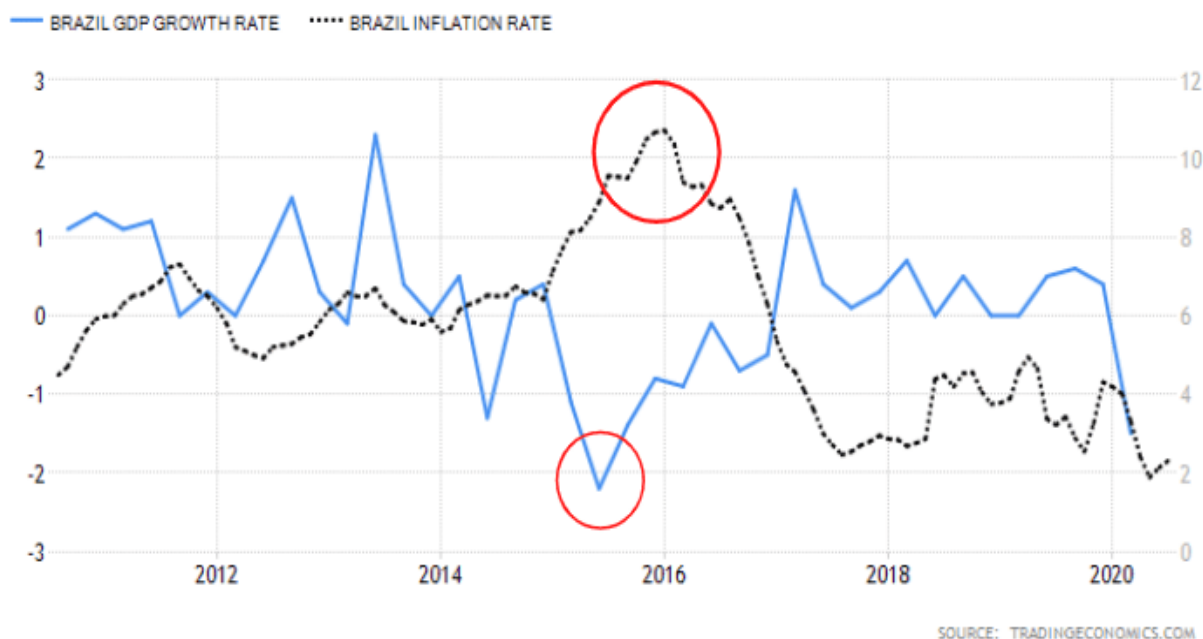
Nos anos de 2009 (crise subprime) e 2014/2015 (crise interna brasileira) o PIB demonstrou um movimento negativo muito forte impactando diretamente a qualidade de vida dos brasileiros.

Controlar a Inflação

É muito comum ouvir alguém dizer, “Quando eu era jovem conseguia comprar muitas coisas no mercado com apenas R\$5,00, hoje em dia não dá para comprar nada” (RESENDE, 2021).

E isso é um dos exemplos mais práticos do que é a inflação. Podemos defini-la como o aumento generalizado do nível de preços de determinados ativos dentro de uma economia.

O controle da inflação é importante, pois, podemos dizer que assim como uma febre antecede uma possível doença, uma inflação descontrolada antecede um desequilíbrio monetário e possíveis complicações econômicas, conforme revela o Gráfico 02:



Fonte:IBGE,2021

Olhando novamente para a crise interna que o Brasil passou no ano de 2014/2015 podemos constatar que tivemos um aumento da inflação.

Equilíbrio nas Contas Externas

É muito importante o registro do total de dinheiro que entra e sai de um país na forma de importação e exportação, pois isso demonstra o resultado da nossa relação financeira com o resto do mundo.

Deve existir o equilíbrio entre Déficit Externo (sair mais dinheiro estrangeiro do que entrar) e Superávit constantes (entrar mais dinheiro estrangeiro do que sair).

Promover a distribuição de Renda

Todo a riqueza que foi socialmente produzida deve possuir uma política que garanta a distribuição igualitária entre os indivíduos de uma sociedade, como a política do salário mínimo (VILELLA, 2022).

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

A política macroeconômica abrange a atuação do governo sobre a capacidade produtiva de um país, com o objetivo de permitir à economia operar no pleno emprego (que é a utilização de todos os fatores disponíveis na economia), com baixas taxas de inflação e distribuição justa de renda (GOMES, 2022).

Para essas metas serem atingidas, faz-se necessária a utilização de instrumentos de política macroeconômica, pois de acordo com (VASCONCELOS 2009, p.193), esses instrumentos são os seguintes:

Política Fiscal: que trata das decisões sobre a arrecadação e os gastos do governo;

Política Monetária: tem o poder de decidir sobre o volume de moeda na economia;

Política Cambial e Comercial: atua no combate a inflação e equilíbrio externo (saldo da balança de pagamentos equilibrado); e

Política de Rendas: intervêm na formação e controle de preços e salários (desenvolvimento econômico).

Política Fiscal

Refere-se a todos os instrumentos de que o governo dispõe para a arrecadação de tributos e controle de suas despesas. Além da questão do nível de tributação, a política tributária, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, é utilizada para estimular, ou inibir, os gastos do setor privado em consumo e em investimento (RESENDE,2021).

Traduz essa ideia partindo do foco que, se o objetivo da política for redução da inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos públicos e, ou o aumento da carga tributária, o que inibe o consumo e o investimento, ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade (MENDES, 2022).

Essa política que trata das receitas e despesas do governo, envolve a definição e aplicação da carga tributária exercida sobre os agentes econômicos, bem como os gastos do governo, que tem como base os tributos captados. Pois a arrecadação de impostos afeta o nível da demanda ao influir na renda disponível que os indivíduos poderão destinar para o consumo e poupança (SARRUGE, 2015).

Com as fortes adversidades que marcaram a década de 1980, conhecida como “década perdida”, a ascensão da teoria monetarista iniciou um processo de imposição de limites à atuação do Estado e subjugação da política fiscal aos ditames das finanças sadias, com objetivo de controlar a expansão monetária e, assim, a inflação. A política fiscal foi perdendo seu papel ativo e a inflação foi sendo cada vez mais associada aos déficits públicos (GOMES, 2022).

O esforço de conter as ações do Estado e a eleição do corte do déficit público como meta-síntese da política econômica fez com que a política fiscal perdesse o status de poderoso instrumento de aceleração do crescimento e o gasto público se transformasse em vilão da crise. O ajuste fiscal era visto como essencial para uma estabilização bem-sucedida dos preços, sendo incluído na estratégia do Plano Real (LOPREATO, 2013)).

A construção desse novo modelo institucional, alinhado à agenda neoliberal, redesenhou o padrão de intervenção estatal na economia. Passou-se a defender a necessidade de reformas permanentes que alterassem o regime fiscal de forma duradoura a fim de sustentar a baixa inflação. O acordo com o FMI em 1998 foi responsável por aumentar a “austeridade fiscal frente à obrigação de restabelecer a confiança na solvência da dívida pública” (LOPREATO, 2013).

Assim, a adoção e o enrijecimento de regras fiscais tinham o objetivo de evitar que os problemas fiscais afetassem 61 Um eventual “calote” ou moratória na dívida pública em moeda nacional somente seria possível por um ato arbitrário, como, por exemplo, aquele praticado no contexto do Plano Collor (DALTO, 2021).

A política fiscal deve ainda implementar reformas institucionais, particularmente afetando a distribuição da renda, através de política tributária progressiva e políticas de renda, visando a estabilidade social e o aumento da propensão a consumir da sociedade (SANTOS, 2022). Uma política fiscal com estas características pretende-se capaz de guiar os agentes em meio à incerteza, sinalizando para o aumento da competitividade da economia e dos lucros. Ela é um instrumento de coordenação de expectativas privadas, que contribui para a emergência de convenção otimista, necessária para estimular o investimento privado (RESENDE, 2020).

Nesse contexto, o principal objetivo da política fiscal deve ser o de levar a economia ao pleno emprego, evitando situações de inflação ou deflação. Para isso, o governo deve seguir dois princípios: (a) realizar um nível de gastos que faça com que a demanda agregada

efetiva seja compatível com o produto de pleno emprego, isto é, o nível de gasto público deve corresponder ao pleno uso dos recursos produtivos, e (b) só deve emitir títulos de dívida (ou, eventualmente, aumentar a tributação) se o público assim desejar, reduzindo a quantidade de moeda em poder do setor privado (VILELLA, 2021).

Dado um nível de renda, quanto maiores os impostos, menor será a renda disponível e, portanto o consumo. Assim, se a economia apresenta tendência para a queda no nível de atividade, o governo pode estimulá-la, cortando, ou diminuindo os impostos.

Em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determinou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), através do “anexo de metas fiscais”⁶², seria responsável por determinar a meta de superávit primário, a qual seria a principal âncora da política fiscal do governo (LOPREATO, 2013; RODRIGUES; COUTO, 2020). Nesse sentido, a LDO, que funcionava como um elo entre os instrumentos de planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual (PPA), e de curto prazo, a Lei Orçamentária Anual (LOA), ganhou destaque no processo orçamentário em detrimento dos PPA. Ou seja, o planejamento de médio prazo foi deixado de lado e o de curto prazo passou a ser a referência para as decisões alocativas (RODRIGUES, 2020).

Política Monetária

Essa política refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda, de crédito e das taxas de juros. Pode ser definida também como sendo o controle da oferta da moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo (VASCONCELOS, 2009).

Em outras palavras, podemos definir a política monetária como sendo o controle do sistema bancário exercido por um governo na busca da estabilidade do valor da moeda.

Vale registrar que a política monetária age diretamente sobre o controle da quantidade de dinheiro em circulação, visando defender o poder de compra da moeda e pode ser restritiva e expansionista.

A política monetária restritiva, engloba um conjunto de medidas que tendem a reduzir o crescimento da quantidade de moeda, e a encarecer os empréstimos (AIACHE, 2022). De forma mais objetiva, podemos afirmar que em uma política monetária restritiva, a quantidade de dinheiro em circulação é diminuída, ou mantida estável, com o objetivo de desaquecer a

economia e evitar a aumento de preço, buscando então o controle do processo inflacionário (VILELA, 2021).

Já a política monetária expansionista, é formada por medidas que tendem a acelerar a quantidade de moeda e a baratear os empréstimos (baixar as taxas de juros), incidindo positivamente sobre a demanda agregada (que é a demanda total de bens e serviços numa dada economia) (NEWLANDS JUNIOR, 2020). Ou seja, em uma política monetária expansionista, a quantidade de dinheiro em circulação é aumentada, com o objetivo de aquecer a demanda e incentivar o crescimento econômico (SOUZA, 2022).

Política Cambial e Comercial

A política cambial atua sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia, e refere-se ao controle do governo sobre a taxa de câmbio (fixo e flutuante) (PAULA, 2022). Pois é importante frisar que a mesma é constituída pela administração das taxas de câmbio, pelo controle das operações cambiais, tendo como objetivo central o mercado externo, no sentido de manter equalizado o poder de compra do país em relação aos outros com os quais este mantenha relações de troca (VASCONCELOS, 2009).

Já a Política Comercial diz respeito:

Aos instrumentos de incentivo às exportações e/ ou estímulos/ desestímulo às importações, sejam fiscais, creditícias, seja estabelecimento de cotas etc. (VASCONCELOS, 2009, p.194)

O Brasil iniciou seu processo de abertura comercial e financeira e liberalização cambial na década de 1990 (PRATES; PAULA, 2017). Esse período, contudo, foi conturbado. A âncora cambial adotada após o Plano Real foi essencial para a estabilização da inflação brasileira, mas no início de 1999, o país foi atingido por uma forte crise cambial, que levou o banco central a adotar um regime de câmbio flutuante (PAULA, 2022). O processo de abertura financeira já estava em curso, de forma que a consolidação do tripé metas de inflação, câmbio flutuante e metas fiscais deve ser também apreciado a partir da completa eliminação de controle de capitais (MARTINS, 2017).

Política de rendas

É o conjunto de medidas que visam à redistribuição de renda e justiça social. É um dos instrumentos da política econômica governamental, juntamente com a política fiscal, e a política monetária.

Normalmente, esses controles, são utilizados como política de combate à inflação. Esses controles também são denominados de “política de rendas” no sentido de que influem diretamente sobre as rendas (salários, lucros, juros, aluguel). (VASCONCELOS, 2009, p.195).

Essa política é de grande importância para a sociedade, pois tem o objetivo de procurar promover uma melhor distribuição de renda para a população, ou seja, tem a preocupação com as questões sociais, focando o desenvolvimento econômico, visto que está diretamente ligada a busca da melhoria e da qualidade de vida das pessoas, principalmente das classes sociais mais baixas.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as políticas macroeconômicas são utilizadas no intuito de controlar a inflação, promover a estabilidade do nível geral dos preços, como também o equilíbrio externo, e finalmente distribuir de forma equitativa a renda.

Numa economia marcada por processos inflacionários nas décadas passadas, e com a queda do poder de compra da moeda, acarretou distorções na renda, principalmente, nas classes baixas, gerando assim, consequências como a diminuição do consumo, causando uma elevação do nível de pobreza nessa classe da população. Dessa forma, com a utilização correta de políticas econômicas consistentes é possível controlar as variáveis e reagir, estabelecendo estratégias para frear possíveis ameaças e garantir ao país as condições necessárias para que ele se desenvolva.

Considerando o atual quadro econômico mundial, com suas crises que assolam as economias, é fato que a “mão interventora” do Estado está cada vez mais presente nesse cenário, onde os governos, com seus bancos centrais, adotam políticas macroeconômicas, no intuito de promover o bem estar da população, controlando a inflação e promovendo a

geração de emprego e renda, sendo assim, isso só é possível, devido a utilização desses instrumentos das políticas macroeconômicas na nossa realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

AIACHE, Romilson Rangel. Introdução à macroeconomia. Gama, DF: UNICEPLAC, 2022. 49 p.

DALTO, F. et al. Teoria monetária moderna: a chave para uma economia a serviço das pessoas. Fortaleza: Nova Civilização, 2016. 150 p. DEOS, S. et al. Modern Money Theory: ascensão no cenário internacional e debate no Brasil. Revista de Economia Política, v. 41, n. 2, abr./jun. 2021.

FROYEN, R. Macroeconomia Teoria e Aplicações. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

GARCIA, Eduardo Moura A Agenda 2030 da ONU e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável : uma visão sobre as políticas de sustentabilidade do Governo da Cidade de Buenos Aires e a implementação do programa Digitalizate Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília -- SP, 2022 66 f.

GOMES, Isadora Bonitz Silva. A Aplicabilidade da Mmt ao Caso Brasileiro Uma análise de 2000 a 2019. **CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS**, v. 22, n. 02, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência de notícias. Em dezembro, IPCA sobe 1,35% e fecha 2020 em 4,52%. 2021c. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência de notícias. PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões. 2021a. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil. 2020. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2022

IPEA, Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.72, (Out/2021)- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt72>. Disponível em:[https://www.ipea.gov.br/ portal/ images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/211125_bmt72_bo ok.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/211125_bmt72_bo ok.pdf). Acesso em 19 out. 2022.

KELTON, S. The deficit myth: modern monetary theory and the birth of the people's economy. New York: Public Affairs, 2020. 336 p.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. Macroeconomia da Estagnação Brasileira. Rio de Janeiro: Alta Books. 2021.

MENDES, Rodolfo Kelven Rocha. **Ciclos econômicos em economia aberta: a integração financeira internacional como elemento de fragilização financeira**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. 66f.

OLIVEIRA, Rodrigo Almeida Vasco de. **O papel da articulação entre a política industrial e o regime macroeconômico no processo de desenvolvimento: o caso brasileiro no período 2003-2014**. Editora Dialética, 2022.

PAULA, Luiz Fernando de. **Economia Brasileira na Encruzilhada: Ensaio sobre Macroeconomia, Desenvolvimento Econômico e Economia Bancária**. Editora Appris, 2022. 379p.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de; ALVES JÚNIOR, ANTONIO JOSÉ. Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no real. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 19, p. 77-100, 2022.

PRATES, D. M. O regime cambial brasileiro de 1999 a 2008. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas, 2010.

PRATES, D. M. O regime de câmbio flutuante no Brasil 1999 – 2012: especificidades e dilemas. Brasília (DF): IPEA, 2015

NEULANDS JUNIOR, Carlos Arthur et al. A crise de 2007/2008: duas visões: uma comparação crítica entre as interpretações marxista e pós keynesiana-minskyana. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense 2020. 2020. 126 f.

NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Organização e supervisão de PAULO SANDRONI. EDITORA BEST SELLER. - São Paulo, SP. 1999.

RESENDE, A. L. Quem vai pagar essa conta?. Valor Econômico, São Paulo, 24 abr. 2020a. Eu &. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/04/24/andre-lara-resende-quem-vai-pagar-essa-conta.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2021.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TERRA, Fábio Henrique Bittes. Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016. **Economia e Sociedade**, v. 29, p. 469-496, 2020.

SOUZA, Patrícia de et al. A Agenda 2030 para a educação: o fundo público a serviço do capital. 2022. 113p.

SARRUGE, Bruno Henrique. A dívida pública brasileira: do Plano Real ao governo Dilma Rousseff (2011-2014): uma análise macroeconômico-estrutural. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. 94p.

SANTOS, Nailma Silva et al. A política de compras governamentais brasileiras de Lula a Temer. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. 126 f.

TROSTER, Roberto Luis; MORCILLO, Francisco Mochón. **Introdução à economia**. São Paulo: MAKRON Books, 2004. 404p.

TEIXEIRA, Solange Maria Teixeira(org). ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE DO CAPITAL. Campinas: Papel Social, 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4.^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. Cortez Editora, 2022. 213p

VASCONCELLOS, M. Economia Micro e Macro. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
VERGARA, S. PROJETOS E RELATÓRIOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

VILELLA, C. et al. Introdução à Teoria Monetária Moderna (MMT). Rio de Janeiro: Centro Acadêmico Stuart Angel, Grupo de Economia do Setor Público (GESP/Instituto de Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro), jul. 2020.

VILELLA, C.; CONCEIÇÃO, D.; DECCACHE, D.; DALTO, F. Por um programa de garantia de empregos no Brasil. Le Monde Diplomatique Brasil, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/por-um-programa-de-garantia-de-empregos-no-brasil/>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

VILELLA, C.; VAZ, C. Regras fiscais no Brasil: prática e teoria. Rio de Janeiro, 24 p., 2021.

VILELLA, Caio. Pontos e contrapontos sobre a Teoria do Dinheiro Moderno no âmbito doméstico e internacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 62, 2022.